

## **ASSOCIATIVISMO E PRODUÇÃO ESPACIAL EM SALVADOR-Ba: uma discussão sobre solidariedade, justiça social e democracia no Brasil contemporâneo a partir da produção espacial por novos personagens urbanos.**

Margarete Rodrigues Neves Oliveira<sup>33</sup>

Discutir a produção do espaço e de territorialidades em Salvador-Ba a partir da ação de um grupo cultural organizado, numa comunidade local, como um tipo de associativismo, representa uma forma singular de discutir solidariedade, justiça social e democracia na realidade contemporânea do Brasil, particularmente da Bahia. Tal empreendimento requer, sem dúvida, um esforço descritivo, explicativo e analítico de grande monta. Algo que as limitações do presente estudo dificilmente conseguirão alcançar. Todavia, esse esforço justifica-se pelo exercício de aproximação de discussões teóricas a um objeto empírico.

As ações de produção espacial e cristalização de territorialidades, por associações de caráter cultural e/ou religioso são derivadas, entre outras razões, das contradições geradas pelas novas e sempre crescentes necessidades postas à produção e desenvolvimento do capitalismo, sobretudo para as cidades, e, também das políticas públicas adotadas, no que se refere à produção, distribuição e acesso aos bens públicos. Tais políticas por serem dirigidas preferencialmente aos setores mais rentáveis da produção e do consumo orientam a prioridade dos serviços e a distribuição de equipamentos urbanos. Em detrimento das reais necessidades de grande parte da população residente, restando às parcelas da sociedade civil desempenhar, muitas vezes, funções negligenciadas pelo Estado, como forma de preencher algumas das suas demandas.

O presente trabalho objetiva analisar brevemente a atuação de um desses movimentos sociais urbanos, considerado como “novo”, bem como a ação de setores privados e do próprio Estado na produção do espaço de Salvador e, tecer considerações sobre o bairro da Liberdade, comunidade que abriga a Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, como objeto empírico estudo. Para tanto, antes será desenvolvida uma breve revisão teórica sobre a cultura política brasileira, justiça social e democracia e Vale ressaltar que o esforço de investigar o papel do referido grupo,

---

<sup>33</sup> Mestre em Geografia Urbana / UFBA; professora de Geografia da EsAEx/ CMS — Escola de Administração do Exército e Colégio Militar de Salvador . [margareteneves@uol.com.br](mailto:margareteneves@uol.com.br)

reconhecendo-o como um “novo” movimento social, colabora com a pesquisa em Geografia Urbana, num diálogo interdisciplinar com outras áreas das ciências sociais.

### **Tradição da cultura política brasileira.**

A Cultura política brasileira é vista por muitos autores como um fator relevante na cristalização de uma ordem sócio-econômica desigual quanto à distribuição de renda e bens públicos (IVO, 2001). Essa cultura política pode ser identificada por intermédio da análise da mediação entre o Estado e a sociedade que se caracteriza pelo caráter patrimonialista, centralizador e autoritário, permeado por relações clientelistas e complementado pelo ciclo burocrático. Além do caráter restritivo das políticas de seguridade social e do volume de pobreza. Somando-se às constatações defendidas por Ivo, DaMatta (1991) afirma que no Brasil — apesar de ser amplamente divulgado o predomínio, em seu território, do credo liberal, baseado nas instituições jurídicas — a cidadania, que essencialmente constitui-se num conceito importante para estabelecer o universal e acabar com a rede de privilégios defendendo que o papel social do cidadão é justamente de caráter universal e igualitário, está cristalizada em teias de hierarquização locais, operando de um modo que privilegia as mais flagrantes relações pessoais.

Assim, para alcançar os objetivos estabelecidos para o presente trabalho, antes de mais nada, é importante caracterizar os aspectos citados da cultura política brasileira. Primeiro, o conceito de patrimonialismo. Definido como o uso privado da coisa pública que encontra sua expressão no clientelismo, no insulamento do Estado, na corrupção e num Estado incompleto (IVO, 2001). E que podem ser exemplificados por alguns dos processos de produção do espaço em Salvador. Segundo, o caráter centralizador e autoritário que historicamente acompanhou o Estado patrimonialista, debilitando o sistema de representação e conseqüentemente a democracia (TOURRAINE, 1996), criando um ambiente de incertezas quanto às regras do “jogo” e, certezas quanto aos resultados da participação política e suas mazelas conseqüentes, o autoritarismo. Terceiro, o caráter restritivo de inclusão de massas trabalhadoras ao regime salarial, segmentando o mercado de trabalho no plano do direito. Nesse momento é possível resgatar o pensamento de Heller (1998) e de Mashall (1967) quanto ao conceito de igualdade em oportunidade de vida, que preconiza para os indivíduos a possibilidade de levar uma vida digna de acordo com o padrão da sua sociedade e não aquilo que foi apontado por Santos (*apud* DaMatta, 1991) como uma cidadania regulada, na qual

apenas alguns podem usufruir mais direitos do que os outros. Por fim, o volume de pobreza e as altas taxas de desigualdades, sendo que essas significam uma cidadania segmentada, posto que exclui uma grande parcela da população da possibilidade de incorporar-se a comunidade política, e de defender seus direitos, entre eles o direito cultivar uma herança cultural.

Um outro aspecto da cultura política brasileira pode ser apresentado, ainda que com ressalvas, a partir do pensamento de Baiardi (1995)<sup>34</sup> ao analisarmos os aspectos históricos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira, a saber: a colonização de exploração de matriz católica ibérica, que cristalizou valores e visões de mundo patriarcal senhorial, baseado no pensamento aristocrático, que valorizaria, segundo esse autor, a permanência das hierarquias sociais; a demora da implantação de um mercado de trabalho livre e a tardia industrialização, quando de sua implantação — baseada num modelo substitutivo —, a opção por um modelo concentrador, voltado à grande indústria que resultou num crescimento exagerado das metrópoles desacompanhado de uma política de reforma agrária.

Os aspectos apresentados são relevantes por constituírem as bases da sociedade brasileira que se materializou no processo de produção espacial ao traduzir nas formas urbanas as mesmas verticalidades da cultura política, cristalizadas num espaço socialmente desigual.

### **Produção do espaço da cidade de Salvador**

Nas últimas décadas, todas as capitais e grandes cidades brasileiras apresentaram elevado índice de crescimento populacional. Em várias partes do mundo as áreas urbanas concentram a maior parte da população. Segundo dados do Censo Demográfico do ano de 2000, no Brasil esse índice é de 81,25% (IBGE, 2000). Os reflexos de tal fato, geralmente, possuem mais aspectos negativos do que positivos.

A falta de moradias, saneamento básico, atendimento médico/ hospitalar, escolas, empregos, congestionamentos do trânsito de veículos, deslizamentos de encostas, as áreas inundadas, são problemas dessas cidades que crescem rápida e

---

<sup>34</sup> Ressalva-se das análises empreendidas por Baiardi o caráter determinista ambiental com que ele apresenta a origem dos padrões culturais de comportamento da sociedade brasileira, atribuindo para tanto explicações com base em latitudes (os trópicos) e na raça (os negros descendentes dos escravos).

desordenadamente e que estão em freqüente transformação, num infundável processo de construção / reconstruções.

Partindo da premissa de que a cidade pode ser considerada, segundo HARVEY (*apud* Correa, 2001, p.121), “como a expressão concreta de processos sociais na forma de um ambiente construído sobre o espaço geográfico”, percebe-se que a organização do espaço citadino não busca solucionar problemas para que todos os cidadãos tenham suas necessidades atendidas, que sejam respeitados, possuam direitos e não apenas deveres, que possam influenciar decidir e, sobretudo usufruir desse espaço. Em verdade, a essa organização espacial foram impostas as demandas do atual período pós-fordista, imprimindo-lhes uma integração funcional para que atendam às exigências cada vez maiores por fluidez do capital. E essa dinâmica interessa fundamentalmente aos agentes hegemônicos que buscam a implantação de estruturas espaciais que lhes permitam fazer economia máxima das falsas despesas de produção (LOJKINE, 1997), que vêm o cumprimento das suas necessidades viabilizadas pelo Estado, posto que este se encarrega de garantir ao capitalismo pós-fordista uma relativa estabilidade e durabilidade (foi assim também para os regimes precedentes) (HIRSCH, 1998).

Essa fluidez contemporânea prescrevida é baseada em redes técnicas, necessárias ao suporte e à competitividade dos agentes do capital privado, nacional e/ou internacional, e ao Estado nacional de competição<sup>35</sup>. A eficiência dessas redes depende, consideravelmente, do modo como a organização espacial da cidade se dá. Preferencialmente, se estas oferecerem uma oferta de equipamentos e de serviços como transporte e comunicação.

O resultado do crescente compromisso com a referida fluidez promove espaços socialmente segregados dentro das cidades, restando aos segmentos da sociedade civil<sup>36</sup>, por intermédio dos movimentos sociais, preencherem as lacunas deixadas pelo Estado no que se refere à materialização das formas diretamente relacionadas às suas demandas comunitárias. O que cria condições para a permanência de conflitos latentes na sociedade.

---

<sup>35</sup> Como afirma HIRSCH (1998), tal noção de Estado substitui a de Estado do Bem Estar Social que caracterizou o período fordista, sendo que este novo Estado poderia ser chamado de Estado nacional de competição. Assim, esta forma de regulação política se ampara na justificativa de atender às necessidades de competitividade para firmar um Estado nacional qualquer numa posição internacional vantajosa.

<sup>36</sup> A sociedade civil é quem promove fóruns para expressão e confronto de questões do interesse público, posto que ela pode ser vista como um campo de batalhas políticas e ideológicas do qual concepções alternativas de desenvolvimento e ordem social podem emergir. (HIRSCH, 2003).

Para fim de diferenciação teórica, considerou-se tanto a ação dos movimentos sociais urbanos tradicionais — as associações de moradores ou de bairros — quanto à ação do setor privado e do próprio Estado na produção do espaço urbano.

Ao empreendermos o resgate do processo de produção de Salvador é possível constatar que, desde sua fundação, em 1549, o sítio inicial de Salvador foi escolhido em consideração a dois aspectos principais: acessibilidade e defesa. Tais aspectos sempre tiveram caráter relevante para a dinâmica do capitalismo mundial projetado na cidade, pois definiram a função portuária e administrativa que a caracterizou, bem como a segurança dos fluxos comerciais. Entretanto, essa função portuária decaiu após o período colonial, encerrando um dinamismo econômico verificado até então e deixando a cidade numa estagnação econômica até o fim da década de 1950 do século XX.

Todavia, a partir do contexto econômico chamado de substituição das importações, concentrada na região Sudeste e que encontrava repercussão em território baiano, começou a desenvolver-se, no âmbito da administração municipal, uma perspectiva funcionalista para o ordenamento da cidade. Dessa forma, com o objetivo declarado de "criar na Bahia uma consciência urbanística" (FMLF, 2002), aconteceu em 1935 a Semana do Urbanismo, considerada como um dos mais relevantes antecedentes históricos para a consolidação da atual organização espacial da cidade.

Todavia, o que não estava declarado nos objetivos daquele evento, era que, com a execução do seu resultado concreto — o plano do EPUCS<sup>37</sup> — que traria sugestões para o plano diretor da cidade e discussões sobre a circulação urbana, instalavam-se as bases da mercantilização do solo em Salvador, com regulamentação definida pelo Decreto nº. 701, de 09 de novembro de 1948, que dispunha sobre a divisão e utilização da terra na zona urbana e regulava os loteamentos, revelando a intenção de controle ao acesso ao solo urbano.

No referido plano do EPUCS constavam às diretrizes para ocupação e zoneamento, identificando a localização das atividades diferenciadas da população urbana em setores próprios, que se integravam na estrutura física e social da cidade. Esse plano buscava aplicar uma racionalidade funcionalista e higienista, fundamentada na estruturação de habitações populares temporárias em bairros proletários, próximos às zonas industriais. O discurso apaziguador desse plano pregava que a pobreza das classes trabalhadoras seria superada com o desenvolvimento industrial, fato que não se

---

<sup>37</sup> Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (FMLF, 2002)

concretizou. De fato, o zoneamento aplicado à cidade tratava-se da racionalização articulada a fim de produzir os espaços necessários para atender à lógica do capital, local e nacional. Pois, a idéia de instalação provisória dos assentamentos proletários, supunha uma contínua eliminação das vizinhanças pobres, que, por intermédio de um discurso desenvolvimentista, buscou eliminar a ocupação espontânea das áreas ociosas da cidade e produzir reservas de solo para a expansão econômica, visto que, enquanto pregava-se uma solução higienista para a localização compartimentada das classes populares, concomitantemente, de acordo com BRANDÃO (1973), registrava-se junto ao poder municipal uma crescente solicitação, por parte de grandes proprietários de terras, de autorização para criação de loteamentos e posterior comercialização dos mesmos.

Esse processo caracterizou o que BRANDÃO (1973, p.248) chamou de “produção ideológica da ilegitimidade: a desordem”. Na visão dessa autora a idéia de “desordem” associava-se à necessidade de estabelecer uma ordem ou “ordenamento” do solo. O resultado concreto disso foi a produção de um crescente monopólio do solo urbano a partir da produção da escassez e, conseqüente, elevação do seu preço.

### **A ação planejada e articulada do estado e do capital**

É importante reconhecer que o espaço é dialeticamente construído a partir das relações sociais, envolvendo agentes distintos, sendo esta a base de uma concepção materialista (SOJA, 1993), (LIPIETZ, 1988). Assim, para se entender o processo de produção e apropriação do espaço urbano, é necessário considerar a existência de uma relação entre o capital financeiro (bancos e organismos financeiros), o capital fundiário (os proprietários de terras), o capital produtivo (as construtoras) e o Estado. Reconhecendo esses como os agentes hegemônicos da produção espacial, a partir da centralização e associação das suas ações, que se realizam num espaço/tempo limitado, e do estabelecimento de estratégias de interesses mútuos, contrapondo-se aos interesses dos demais membros da sociedade, fato observado para a cidade de Salvador que no fim da década de 1950, teve sua estrutura produtiva regional e o seu papel na economia nacional redefinidos.

Assim, sobre as bases dos eventos já citados e a partir da década de 1960 se constituiu o suporte de uma “modernização conservadora” (DAVIDOVICH, 1998, p. 79), responsável por transformações na divisão do trabalho social entre os setores

urbanos em expansão e as oligarquias rurais. Essas transformações repercutiram na ampliação do espaço físico da cidade (CARVALHO, 1997), tornando-o maior e mais complexo, mas também contraditório. Sobretudo contraditório, porque ao mesmo tempo em que se estruturava uma cidade formal dotada de todas as infra-estruturas necessárias ao seu desenvolvimento, fruto de um planejamento seletivo, outra, informal, mantinha-se a base da espontaneidade e de crescimento irregular, afastada, ou não, das áreas de expansão do capital, acreditando que as vicissitudes (alagamentos, deslizamentos, etc.) que lhe afligia eram inevitáveis (MOORE Jr., 1987).

Sobre os processos de reconfiguração do espaço urbano podem ser apontados como marcos históricos a implantação da RLAM (Refinaria Landolfo Alves), em 1950; bem como a construção do CIA (Centro Industrial de Aratu), nos anos 1960; a instalação do COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari), 1970, caracterizados por PORTO & CARVALHO (1986, p. 46), como elementos estruturantes que constituiriam, junto com a descentralização do terciário para a área uma nova da cidade: o Vale do Camurugipe, o que eles denominam de “chassi da economia do estado da Bahia, a partir da macrorregião de Salvador”. Essa nova base econômica redefiniu o crescimento de Salvador e do seu entorno, antes baseado nas atividades agrícolas do Recôncavo.

Após a implantação dos referidos marco, o crescimento físico da cidade foi redirecionado e reorganizado, resultando uma urbanização seletiva. Destacam-se nesse processo as décadas de 1960 e 1970, quando ocorreram modificações no uso do solo em Salvador, conseqüentes da nova dinâmica econômica e social da cidade, que refletiu em escala local a dinâmica nacional e da América Latina como um todo (OLIVEIRA, 2003).

Esses eventos citados permitem a aplicabilidade teórica de algumas das categorias de análise geográfica e dos elementos do espaço: as firmas, as instituições e as infra-estruturas (SANTOS, 1985), pois o papel das firmas e das instituições ganha destaque com a penetração de organismos internacionais e nacionais — CEPAL, SUDENE, DESENBANCO e CONDER —, na organização de um espaço local, ao conceber financiar e permitir a alocação de infra-estruturas ou geografização das formas.

Ao analisarmos esse processo na escala estadual, a criação do DESENBANCO é um exemplo emblemático. Essa instituição pública atuou na forma de agente de produção espacial, pois teve relevante papel como agente financeiro, viabilizando a execução de vários projetos, podendo ser considerado como mais um agente produtor

do espaço. Destaca-se Também a implantação das regiões metropolitanas e com elas o poder metropolitano, pelo governo militar, que legitimava a possibilidade de controlar e implantar, em escala regional e local, as diretrizes deliberadas externamente.

A expansão da malha viária de Salvador e de outros empreendimentos tais como: terminais rodoviários, centros comerciais e administrativos representaram a materialização dessas ações, pois redirecionaram e redimensionaram os fluxos da cidade, redefiniram a organização espacial e da circulação por intermédio de um sistema de vias arteriais modernas, ao mesmo tempo em que excluía consolidadas áreas de ocupação popular, carentes dessas ações, ao não integrá-las a essa nova forma da cidade.

A cavaleiro dos investimentos públicos, através da instalação de infra-estruturas e socialização dos custos da produção espacial, empreendimentos de caráter privado, chamados de TAC<sup>38</sup>, para fins de liberação para criar loteamentos residenciais, se alocaram no entorno das novas áreas, numa clara expressão de relações clientelistas e patrimonialista (IVO, 2001), pois as ações do poder público, na forma de regulação social, favoreceram principalmente os setores econômicos e os grupos de rendas médias e altas soteropolitanos, textualmente presentes nas considerações gerais e dos objetivos expressos em alguns estudos prévios tal como o do Projeto Pituba, financiado pelo DESENBANCO e pelo FINEP, que trazia expresso em documento o objetivo de “oferecer por antecipado, uma área para o desenvolvimento e a localização de atividades econômicas de significativa importância”, uma vez que a área da Pituba “ostentava fortes atrativos para as camadas da renda que atende ao mercado formal de habitações, particularmente aquelas que optam pela casa isolada e de alto nível”, por poder absorver forte densidade demográfica e por, naquela época, “contar com toda a infra-estrutura urbana no melhor padrão de Salvador” como: “água, esgoto sanitário, luz, rede de drenagem e viária” (PROJETO PITUBA, 1976, p.15).

Esses dados revelam a idéia de intencionalidade e associação de interesses privados, pois, como apontavam os documentos, essa área constituía-se num verdadeiro vazio urbano, que, no entanto, já possuía uma infra-estrutura instalada bem melhor que muitas áreas já ocupadas da cidade. Mas, além das infra-estruturas, “no melhor padrão”,

---

<sup>38</sup> TAC ou Termo de Acordo e Compromisso são contratos legais celebrados entre a Prefeitura Municipal e proprietários de terras, a partir dos quais são autorizados a criação de loteamentos privados, estabelecendo as características gerais do empreendimento o número de lotes comercializados, sua delimitação, área total, as áreas de uso coletivo etc. (PMS/LOUOS, 2001).



também já estava circundada por vias do sistema viário principal da cidade e articulada por meio dessas com centros industriais e a importantes terminais, além de dispor de sub-centro definido e caracterizado.

E também, de acordo com o próprio Decreto, nas considerações e nos objetivos estabelecidos, a defesa da “urgente necessidade de se estabelecer orientação normativa, a fim de possibilitar o desenvolvimento das atividades da iniciativa privada sem contradição com as diretrizes estruturais a serem estabelecidas pelo Plano”, referindo-se ao PLANDURB (Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador), que não poderiam ser prejudicadas pelas tendências espontâneas. Cabe ressaltar aqui que as terras dessa área, em sua maior parte, já haviam sido legalizadas na forma de loteamento, como já foi mencionado. Esse indicativo de rentabilidade da área já havia sido considerado pelos executores do projeto, ao defenderem que a área possuía uma estrutura fundiária adequada a grandes projetos de incorporação fundiária por oferecer “atributos que atraem às camadas da população de mais elevado padrão de demandas, atendidas pelo mercado formal de habitação” (PROJETO PITUBA, 1976, p.15).

As considerações e os objetivos apresentados nos documentos exemplificam uma característica comum às políticas de urbanização nos Estados capitalistas. Segundo LOJKINE (1997), com suas intervenções na cidade, o Estado impede que processos anárquicos minem a urbanização seletiva, além de socializar as forças produtivas não rentáveis. No que tange a este segundo item, para esse autor, as ações do Estado permitem fazer o máximo de economia das falsas despesas de produção, e também subordinar o crescimento econômico unicamente à valorização do próprio capital.

Assim sendo, é possível analisar a relação entre a ação governamental e a produção espacial, sobretudo as políticas que remodelaram a forma urbana da cidade do Salvador, no sentido de criar as estruturas espaciais necessárias às demandas do capital, confrontando o discurso oficial do planejamento estatal como os objetivos estabelecidos pelo planejamento urbano.

O desenvolvimento urbano que a cidade apresentou nas últimas décadas foi responsável por produzir uma nova organização espacial, com efeitos sobre: o território, a economia, a sociedade e o setor imobiliário em Salvador, ocasionando um rodoviarismo que priorizou as questões viárias da cidade num claro objetivo de otimizar a implantação e a fluidez de uma estrutura de redes econômica. Inserindo Salvador no que muitos autores chamam de fordismo periférico, que materializa as condições de espaços ótimos para a produção, sem os benefícios da implantação do Estado de bem

estar social, próprio desse regime de acumulação (mais uma vez aplicam-se as análises empreendidas por IVO 2001, no patrimonialismo e no insulamento do Estado).

Segundo MARICATO (1996), as redes viárias e os lotes clandestinos urbanos foram as bases para a expansão horizontal das grandes cidades brasileiras nas décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970. A autora afirma que o Estado e o judiciário desenvolveram estratégias para conviver com o ocultamento da cidade concreta (dos lotes clandestinos ou irregulares). Uma legislação rigorosa e detalhista, que serve às relações calcadas no favor, arbitrariedade, corrupção, clientelismo político, se ocupa da cidade formal, convivendo com um processo anárquico e desastroso de ocupação de solo.

A ocupação ilegal foi consentida enquanto os imóveis possuíam valor irrisório, passaram a ser proibidas e reprimidas quando os imóveis se valorizaram, pois terrenos ocupados por favelas pressionariam para baixo o valor dos imóveis do entorno. Foi assim nas reformas urbanas higienistas do início da República, durante o populismo varguista e na ditadura militar.

O “desenvolvimento moderno do atraso” (MARICATO, 1996), marcou as grandes cidades do capitalismo periférico, originando um processo de urbanização acelerado e concentrado, cujo resultado é a degradação do meio ambiente, a segregação espacial, baixa qualidade de vida, gigantesca miséria social e violência. Embora existam segregações de etnias e de nacionalidades, a segregação das classes sociais predomina na estruturação urbana. Segundo VILLAÇA (1998, p.143), o mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro X periferia.

Segregar espacialmente não implica em concentrar exclusivamente uma classe social num determinado espaço. Existem espaços de concentração das camadas de alta renda que possuem camadas de baixa renda. A situação inversa dificilmente acontece. O que determina, em um espaço, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que outra. VILLAÇA (1998) argumenta que existe uma tendência desses bairros segregarem-se numa mesma região da cidade. Dessa forma, facilitariam a instalação de infra-estrutura e outros benefícios que pudessem ser implantados pela legislação urbana e pelas intervenções do Estado.

Além da legislação urbana, estabelecer as áreas de ocupação das casas dos moradores pobres, em algumas metrópoles o poder público possui a prática de transferir grupos de moradores pobres para “áreas permitidas”, atendendo à lógica da valorização do capital e exigindo que os moradores reivindiquem a garantia da permanência no local, através do título de propriedade.

Para MARICATO (1996), a exclusão social poderia ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, sobretudo, a ausência da cidadania. Seria expressa na segregação espacial ou ambiental, configurando pontos de concentração de pobreza à semelhança de guetos, ou imensas regiões onde a pobreza é homogeneamente disseminada. Pontos que apresentariam dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos, menores oportunidades de emprego, maior exposição à violência, difícil acesso ao lazer, etc.

O Estado brasileiro, especialmente o judiciário, algumas vezes é tolerante em relação às ocupações ilegais de terras urbanas. Institui normas genéricas que implicam controle social para toda a sociedade e não apenas para parte dela, abrindo espaço para a contradição, esta tolerância nem sempre acontece. A justiça acaba se realizando pela forma como a lei é esquecida e não pela forma como ela é colocada em prática, como bem explica DaMatta (1991) ao analisar o tratamento diversificado que a noção de cidadania pode receber se considerarmos práticas sociais tão diversas, quanto às encontradas no Brasil. Também Heller (1998) pode ser recorrida nas suas análises sobre igualdade.

### **Emergência dos novos personagens**

No Brasil da década de 1930, institui-se um Estado centralizador, interventor e protecionista da acumulação urbano-industrial, que elaborou uma legislação trabalhista, privilegiando o trabalhador urbano, em detrimento do trabalhador rural. A manutenção de relações arcaicas de propriedade rural resultou numa situação de profunda concentração fundiária e ocasionou um gigantesco processo de migração do campo para as cidades.

O processo de desenvolvimento industrial se caracterizou pela relação entre a produção ilegal de moradias e o urbanismo segregador. Os baixos salários não possibilitaram à maior parte dos operários adquirirem uma casa no mercado imobiliário legal.

A política praticada pelo SFH — Sistema Financeiro de Habitação — atendeu interesses de empresários privados (construção, promotores imobiliários, banqueiros e proprietários de terra), de políticos clientelistas (governadores, prefeitos, deputados,

vereadores). A distribuição das moradias populares foi uma das maiores fontes de troca de favores. Ocasionalmente também a concentração de renda, uma vez que privilegiou a produção de habitação subsidiada para a classe média em detrimento dos setores de mais baixa renda.

Combinando investimento público com ação reguladora, o Estado garantiu a estruturação de um mercado imobiliário capitalista para uma parcela restrita da população, enquanto à sua maioria restaram as opções das favelas, dos cortiços ou dos loteamentos ilegais na periferia (sem urbanização) das metrópoles.

Atualmente, nas grandes cidades, a exclusão se caracteriza pela ilegalidade generalizada: nas condições de moradia, nas relações de trabalho; e se expressa na segregação ambiental. O Estado privilegia o segmento social local que detém o capital e também o capitalismo internacional, aprofundando a miséria e a exclusão social.

Até a década de 1980, na consolidação do mercado imobiliário da Cidade de Salvador, promoveu-se a construção e aquisição da casa própria através dos financiamentos promovidos pelo BNH/SFH (Lei n. 4380/64). Mas, em meados da década de 1980 diversas crises econômicas afetaram profundamente o setor imobiliário e culminaram com o fechamento do BNH em 1986, acentuando o processo de ocupação de terras<sup>39</sup>.

No início da década de 1970 as manifestações envolvendo famílias de áreas de ocupação tornaram-se constantes. Movimentos sociais urbanos de caráter reivindicatório<sup>40</sup> tornam-se nacionais e repercutiram na Cidade de Salvador. Além das Comunidades de Base e de Organização não Governamentais vinculadas à Igreja, em 1973, surge em Salvador um movimento conhecido como “Trabalho Conjunto”, envolvendo 12 entidades profissionais, que atuava em defesa das reivindicações dos moradores de bairros da cidade<sup>41</sup>. A atuação do “trabalho Conjunto” contribuiu para o

---

<sup>39</sup> Segundo Souza (2002, p.171), “em Salvador, do total de área ocupada por habitação, em 1991, 14,3% correspondia a invasões, representando 30% da população. Ultrapassa a oferta de conjuntos habitacionais, que correspondia a uma ocupação de 10,8%, no mesmo ano. Somando-se às invasões os demais parcelamentos informais, tais como loteamentos clandestinos, áreas de arrendamento, etc., tem-se que 32% do total da área ocupada surgiu à revelia de parâmetros urbanísticos adequados, correspondendo a 60% da população de Salvador”.

<sup>40</sup> Esses são considerados como Movimentos Sociais Tradicionais, pois se articulam com as causas reivindicatórias tradicionais, associados, geralmente, a uma organização partidária ou ideológica. Cuja pauta principal de reivindicação é o acesso aos bens e serviços coletivos, são os movimentos de: classe, bairros, gênero, etc (SADER, 1988).

<sup>41</sup> Segundo TEIXEIRA (2002:246), “Na Bahia, além da disseminação das CEBs, com o apoio do CEAS, do Mosteiro de São Bento e de ONGs vinculadas inicialmente à Igreja (MOC), a partir de 1973, desenvolve-se, em Salvador, um trabalho importante de entidades profissionais, coordenadas pelo IAB, de suporte principalmente aos movimentos espontâneos de bairros (ocupações contra as enchentes),

surgimento da FABS – Federação de Associações de Bairros de Salvador. Esta última passou a coordenar todo o movimento de bairros de Salvador quando, no final da década de 1970, a primeira foi desestruturada<sup>42</sup>. Que podem ser entendidas como formas de associativismos quanto às formas de mediação entre a sociedade e a política do Estado (IVO, 2001).

Todavia, a mobilização da sociedade civil continuava de várias maneiras. Entre as décadas de 1970 e 1980, surgem movimentos sociais alternativos, ou, novos movimentos sociais do qual participam novos protagonistas com agendas baseadas em reivindicações de identidade, preservação ambiental (de primeira e de segunda natureza), etc. Além das tradicionais por acesso a bens e serviços. De acordo com SADER (1988), esse novo movimento considera o sujeito coletivo e descentralizado, despojado de seus marcos burgueses de individualidade, não se apóia em velhos agentes — como a Igreja, sindicatos e a esquerda — consideradas instituições em crise, são baseada na autonomia do movimento, revelando uma determinação decisiva e operando com fontes populares de informação, aprendizado e conhecimento prático. Esses movimentos também se apóiam na multidimensionalidade da cidadania, SANTOS (1996).

Apresenta-se como uma das associações pioneira dessas iniciativas a Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, fundada em 1974, no bairro da Liberdade. Desde então um bairro populoso que reflete todos os indicadores de exclusão espacial por parte das ações do Estado e com a maior concentração de negros da cidade. Hoje, de acordo com dados do IBGE, a Liberdade possui cerca de 600.000 habitantes.

Assim, no contexto da Ditadura Militar em uma cidade espacial e racialmente segregada que vivenciava forte repressão a todas as manifestações destoantes dos padrões e costumes formais — da elite e da classe média branca —, daquela época, surgem na cidade organizações culturais oriundas de comunidades majoritariamente negras. Com proposta inicial de criarem um espaço próprio para participarem ativamente dos festejos de carnaval, uma vez que muitas das agremiações existentes em Salvador não permitiam o acesso de negros a estas. Com o passar do tempo essas

---

conhecido como “Trabalho Conjunto”, envolvendo 12 entidades. Esse movimento, de marca caracterizadamente urbana, de base social na classe média, buscou atuar na luta de resistência à ditadura, no apoio e defesa das reivindicações de bairros e no debate de questões da problemática urbana”.

<sup>42</sup> Segundo TEIXEIRA (2002), existia em Salvador 3000 Associações de Bairros, dessas, apenas 300 eram filiadas à FABS. Para o autor, a crise da entidade decorre não só do refluxo dos movimentos sociais em geral, mas também é agravada em consequência das disputas internas dos seus dirigentes.

organizações assumiram posturas de resistência para além das questões do carnaval baiano. Compreendendo que as necessárias mudanças não poderiam restringirem-se à proteção de bens e acesso a direitos, mas implicava na percepção da necessidade de participação e representação política.

Originárias de bairros periféricos, populosos e majoritariamente habitados por população negra de Salvador, como: Liberdade, Periperi e Itapoã, as associações culturais preencheram lacunas deixadas pelo Estado<sup>43</sup>, no que se refere ao oferecimento de serviços e bens coletivos às suas comunidades, bem como na possibilidade da construção de espaços de resistência à homogeneização cultural, imposta pelos valores dominantes da sociedade. Numa forma de resistir a integrar-se àquilo que Santos chamou de alienação espacial, pois: “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (1996, p.61). Assim era e ainda é a cidade de Salvador para grande parcela da sua população, sobretudo a negra.

Vale destacar que tais comunidades são muitas vezes localizadas em áreas de ocupação espontânea e/ou áreas de riscos: como fundo de vales, encostas ou de alcance das marés.

Com sede no Curuzu, bairro da Liberdade, o Ilê Aiyê desenvolve, desde a década de 1980, ações comunitárias, sobretudo as voltadas à educação e ao combate ao racismo. Essas ações foram materializadas na forma de escolas comunitárias como a Escola Mãe Hilda, que funciona desde 1989 e atende hoje cerca de 100 alunos, além de uma escola de Percussão. Esta organização cultural conseguiu se cristalizar naquele espaço, estendendo sua territorialidade para seu entrono imediato e em outras áreas da cidade, sendo sua centralidade representada pelo Centro Cultural Senzala do Barro Preto. Uma edificação de oito pavimentos, com 4.500 m<sup>2</sup> que abriga as mais variadas atividades dessa associação cultural, voltadas para a comunidade, tais como escola; biblioteca; videoteca; auditório e consultórios médicos e odontológicos, entre outros. Além desses serviços oferecidos e a inclusão de parcelas da população em atividades culturais, é possível afirmar que a contribuição mais relevante foi contribuir, significativamente, nos debates da sociedade brasileira sobre a questão racial e o racismo, exercitando o que Tourraine (1996) chamou de representatividade a partir da

---

<sup>43</sup> De acordo com IVO 2001, na RMS, que possui um dos mais baixos níveis de associativismo no Brasil, as associações concentram-se, sobretudo nos bairros periféricos: subúrbio ferroviário, região do centro, liberdade e áreas do miolo da cidade, bairros de ocupação da população pobre da cidade e que essas associações são, majoritariamente, associações de moradores e agremiações religiosas.

conscientização da particularidade de cada indivíduo e/ou grupo, **i.e.** o elemento social da cidadania, o que corresponde ao direito de defender uma herança cultural e de levar uma vida civilizada de acordo com os padrões societários.

Além do exemplo do Ilê Aiyê, existem ainda outras iniciativas com o mesmo perfil, mesclando resgate cultural à ação comunitária. Para oferecer serviços e bens coletivos, bem como possibilitar, por intermédio da cultura, o desenvolvimento da consciência de pertencimento a um grupo e com isso promover uma territorialização cujo cimento é essa cultura. Assegurando à comunidade, na qual se insere, a realização de uma cidadania que vai além da necessidade materiais de sobrevivência. Mas, aquela que Santos chamou de multidimensional, em que cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida (1996, p.41) e que não se realiza apenas no consumo ou na ação política da participação eleitoral.

Em Periperi, no subúrbio ferroviário da cidade, habitado por cerca de 400.000 pessoas, o Bloco Ara Ketu desde 1980, quando foi criado com o intuito de preservar os signos da cultura afro-brasileira, vem desenvolvendo tais atividades comunitárias. Particularmente por intermédio de oficinas comunitárias que, a partir de 1997 procuram integrar o morador do subúrbio ferroviário às diversas atividades desenvolvidas pelo bloco.

Já em Itapoã, no parque do Abaeté, funciona a sede do Bloco Male DeBalê que, desde 1979 vem desenvolvendo trabalhos sócio educativos com a comunidade local, contando atualmente com cerca de 400 integrantes da comunidade local e adjacências.

### **Considerações finais.**

Entre a cidade formal, fruto de planejamento urbano e da articulação entre o capital imobiliário e o Estado, e a cidade totalmente esquecida, entregue a informalidade e a espontaneidade, na qual muitos indivíduos desenvolvem estratégias de sobrevivências, em razão do esquecimento dos órgãos oficiais para com a condição em que vivem, existem espaços em que a sociedade civil, por intermédio de atores aqui chamados de “novos personagens” buscam traduzir suas necessidades em ações concretas materializando formas e produzindo arranjos espaciais que, além de suprirem as carências de serviços como educação e áreas de lazer, tornam-se redutos de resistências culturais, construindo territórios e territorialidades dentro da cidade.

A capital baiana, a despeito da sua contundente hereditariedade africana, geograficamente mostra-se uma das mais excludentes para os seus afro-descendentes, restando-lhes como estratégia, não só de afirmação cultural, mas, também de sobrevivência, a criação de organizações que promovam uma inserção e atendas demandas concretas da comunidade.

Foi proposta desse trabalho, apresentar uma revisão teórica e também comparar a ação articulada dos atores formais, com as estratégias dos novos personagens na produção do espaço de Salvador. Verificou-s que, enquanto a ação e articulação dos atores formais, na produção espacial, deu-se em níveis macro-econômico como resultado de políticas de desenvolvimentos locais, nacionais e até mesmo internacionais, a atuação dos novos personagens ocorreu justamente na escala local, em pontos específicos da cidade que ficaram fora da ação governamental. Todavia, é relevante atentar para o fato de que esses personagens no início de suas atividades — períodos mais difíceis — contaram apenas com a ação dos moradores locais, hoje essa realidade apresenta outra nuance. Resultante das pressões popular e da visibilidade trazida pela cobertura midiática que alcançaram, ocorreu a participação de segmentos do Estado, em escala municipal e nacional na alocação de investimentos, além do reconhecimento de órgãos internacionais e de segmentos do capital privado. Assim, as ações desenvolvidas por esses novos personagens na forma de associações ganharam mais visibilidade e tem conseguido materializar mais efetivamente realizações.

Após as análises realizadas é possível inferir que, na modernidade contemporânea a noção de solidariedade e justiça passa pela reflexão renovada da ordem democrática, uma ordem que esteja lastreada em princípios que contribuam para a manifestação das diversas formas de solidariedade, diminuindo os custos da coerção e favorecendo a cooperação. Nesse cenário é imprescindível que os indivíduos sejam considerados iguais para exercerem plenamente os três elementos da cidadania (influenciar, decidir e usufruir) e desenvolverem do senso de justiça. Sobretudo, quando se desvinculam, como afirmou Moore Jr. B. (1987), do sentido e do sentimento de inevitabilidade de muitos dos fatos sociais que lhes afligem e reconhecem que por trás destes esconde-se a injustiça.



## REFERÊNCIAS

ARA KETU. Instituto Educativo e Cultural Ara Ketu. On line. Disponível em: <http://www.araketu.com.br/instituto.html>. Acesso em 22/11/2004.

BAIARDI, Amílcar. “Padrões culturais e resistência à mudança: obstáculos à democracia e ao desenvolvimento no Brasil”. In: Organizações & Sociedades, Vol. 1 n.º 3. Dez/ 1995.

BECKER, Bertha K. “A (des) ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia”. In: CRISTOFOLETTI, Antonio (organizador)... [et al.]. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo - Rio de Janeiro: Editora Hucitec, 1998.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. “O Último dia da criação, propriedade e uso do solo em Salvador”. In: PLANEJAMENTO. vol. 1 n. 1 set./out. Salvador: CPE, 1973.

CARLOS, Ana Fani A. “A Cidade”. São Paulo: Contexto, 1994.

CARVALHO, Ihering Alcofarado de. “Mãos e Planos (in) visíveis – um approach neo-institucionalista ao planejamento”. In: LUZ, Ana Maria de Carvalho...[et al.]. Quem faz Salvador. Salvador: UFBA, 2002, p. 194 – 198.

CARVALHO, Edmilson. “O que se passa no ‘centro histórico’ de Salvador?” In: debates/cenpes, ano 2, n.º6. Salvador: Centro de Projetos e Estudos, 1985.

DaMATTA, Roberto. “A casa e a Rua”. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAVIDOVICH, Fany R. “Considerações Sobre a Urbanização no Brasil”. In: CRISTOFOLETTI, Antonio (organizador)... [et al.]. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo - Rio de Janeiro: Editora Hucitec, 1998.

FINEP-GAP. “Habitação Popular: inventário da ação governamental”. Rio de Janeiro: FINEP-GAP, 1985.

GARCIA, Antonia. “Movimentos sociais da Cidade d’Oxum.” In: LUZ, Ana Maria de Carvalho...[et al.]. Quem Faz Salvador. Salvador: UFBA- Pró- Reitoria de Extensão, 2002, p. 251-257.

HELLER Agnes. “Além da justiça” Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HIRSCH, Joachim. “*Globalizacion, Capital y Estado*”. Cidade do México: Universidade Autónoma Metropolitana, 1998.

HIRSCH, Joachim. “*The State’s New Clothes: NGO and the Internationalization of States*”. Rethinking Marxism, vol. 15, N. 2, 2003, p. 237-262.

I.B.G.E. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Dados do Censo Demográfico de 2000”.

ILÊ AIYÊ. Senzala do Barro Preto. On line. Disponível em [http:// www. ileaiye.com.br/senzaladobarropreto.html](http://www.ileaiye.com.br/senzaladobarropreto.html). Acesso: 22/11/2004.

IVO, Anete Brito Leal. “Metamorfose da questão democrática: governabilidade e pobreza”. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

LEFEBRVE, Henry. “O Direito à Cidade”. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LIPIETZ, Alain. “O Capital e seu Espaço”. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1988.

LOJKINE, Jean. “O Estado Capitalista e a Questão Urbana”. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. “Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e Violência”. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. “A Explosão Urbana”. Rio de Janeiro: Revista Ecologia e Desenvolvimento, 2000, ano 10, nº 85.

MARICATO, Ermínia. “As Idéias Fora do Lugar e os Lugares Fora das Idéias: planejamento urbano no Brasil”. In: Arantes, Otilia, Vainer, Carlos e MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

MARSHALL, T. H. “Cidadania e classe social” In: *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967.

MARTINS, Sandra Regina. “Gamboa: Local valorizado/valor localizado na Cidade de Salvador – BA”. Salvador: Dissertação de Mestrado – UFBA, 2003.

MOISES, José Álvaro. “O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais”. In: Moises José Álvaro (organizador)... [et al.]. Cidade, povo e poder. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MOORE Jr., Barrington. “Injustiça – as bases sociais da obediência e da revolta”. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Margarete Rodrigues Neves. “A área do Iguatemi: o novo centro econômico da cidade do Salvador – uma análise da produção de novas centralidades”. Salvador: Dissertação de Mestrado – UFBA, 2003.

PORTO, Edgar; CARVALHO, Edmilsom. “Salvador na Globalização”. In: EURE, Revista Latinoamericana de Estudos Urbano e Regionales. Santiago: Pontifícia Universidad Católica de Chile. 2001.

PORTO, Edgar; CARVALHO, Edmilsom. “Macrorregião de Salvador”. Salvador: SEI, 1986.

SADER, Eder. “Quando novos personagens entraram em cena”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALVADOR, Prefeitura Municipal; Órgão Central do Planejamento Urbano. PLANDURB: “Projeto Pituba”. Salvador: OCEPLAN, 1976a.

SALVADOR, Prefeitura Municipal; Órgão Central do Planejamento Urbano. PLANDURB: “EPUCS – uma experiência de planejamento urbano”. Salvador: OCEPLAN, 1976b.

SALVADOR, Prefeitura Municipal; Órgão Central do Planejamento Urbano. “PLANDURB, Plano do Desenvolvimento Urbano de Salvador”. Salvador: OCEPLAN, 1977.

SANTOS, Boaventura de Souza. “Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado”. In: PEREIRA, Bresser. WILHEIM. Sola (Org.). Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: Unesp, Brasília: ENAP, 1999.

SANTOS, Milton. “Espaço e Método”. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. “O Espaço do Cidadão”. São Paulo: Nobel, 1987.

SOUZA, Ângela Maria Gordilho. “As Cidades na Cidade.” In: LUZ, Ana Maria de Carvalho...[et al.]. Quem Faz Salvador. Salvador: UFBA- Pró- Reitoria de Extensão, 2002, p. 167-180.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. “A Identidade da MetrÓpole”. São Paulo: Hucitec, 1994.

TEIXEIRA, Elenaldo. “Movimentos sociais urbanos em Salvador: um mapeamento.” In: LUZ, Ana Maria de Carvalho...[et al.]. Quem Faz Salvador. Salvador: UFBA- Pró- Reitoria de Extensão, 2002, p. 245-250.

TOURRAINE, Alain. “O que é democracia?”. Petrópolis: Vozes, 1994.

VILLAÇA, Flávio. “A Terra como Capital.” In: Espaço & Debates, ano V, n. 16, 1985.

VILLAÇA, Flávio. “O que todo Cidadão precisa saber sobre Habitação”. São Paulo: Global, 1986.

VILLAÇA, Flávio. “Espaço Intra-Urbano no Brasil”. São Paulo: FAPESP, 1998.